

LABOR: UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL DE EMPRESAS

José Jorge Abdalla

Pesquisador do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável-CIDS/EBAPE
Fundação Getulio Vargas-FGV

Sueli Louro

Pesquisadora do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável-CIDS/EBAPE
Fundação Getulio Vargas-FGV

Edinelson Azevedo

Mestre em Administração pela EBAPE-FGV e pesquisador em RSC

SUMÁRIO

- 1.INTRODUÇÃO
- 2.REFERENCIAL TEÓRICO
- 3.EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS
- 4.PROJETO LABOR
- 5.METODOLOGIA
- 6.CONSIDERAÇÕES FINAIS

RESUMO

O trabalho apresenta aspectos de um projeto de pesquisa realizado com um grupo de organizações produtivas de médio e grande porte situadas no Rio de Janeiro, cuja tônica era propiciar a difusão de práticas de educação em gestão ambiental em empresas, promovendo a articulação de ações e informações entre diversos atores envolvidos na questão ambiental. A carência de pesquisas específicas sobre educação para o processo de gestão empresarial torna relevante a contribuição do artigo para as discussões sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Meio Ambiente

1. INTRODUÇÃO

O agravamento dos processos de degradação ambiental e a mobilização popular em torno da temática sócio-ambiental acabaram por reverberar sobre o setor produtivo, obrigando-o a tomar posição diante da questão. Consta-se uma tendência à incorporação do discurso ambientalista por parte de setores do empresariado, bem como um movimento no sentido da formação de entidades patronais de caráter ecodesenvolvimentista. Até que ponto tais fatos estariam enraizados em práticas empresariais de Gestão Ambiental? Mais ainda: como a componente educacional se faz acompanhar de tais práticas?

O presente artigo apresenta aspectos de um projeto de pesquisa - denominado Labor - realizado com um grupo de organizações produtivas de médio e grande porte situadas no estado do Rio de Janeiro, cuja tônica era identificar as práticas empresariais de Gestão Ambiental utilizadas nas empresas e de que maneira a componente educacional se fazia acompanhar em tais práticas.

O Projeto, por meio de uma metodologia de pesquisa e ação – pesquisativa – teve como objetivo, também, propiciar a difusão das práticas utilizadas pelas empresas promovendo a articulação de ações e informações entre os diversos atores envolvidos na questão ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entende por educação ambiental *os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade*.

De acordo com a citada lei, às empresas cabe, juntamente com entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. No âmbito da educação ambiental não-formal, a referida lei estabelece que o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará *a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais*.

Em dezembro de 1994, portanto antes da lei 9.795, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, formulado através da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Amazônia Legal, o Ministério da Educação e Desporto, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Cultura. Pesquisas que contribuíram para a criação do PRONEA mostravam que *“a prática docente é limitada pela reduzida pesquisa em Educação Ambiental, sobretudo do ponto de vista teórico metodológico, pela falta de treinamento dos docentes e pela desarticulação dos órgãos do governo”*.

A parceria especial do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Cultura e o da Ciência e Tecnologia é ressaltada tendo em vista a concepção básica do Programa segundo a qual *“as ações de educação ambiental devem contemplar, necessariamente, o reconhecimento e o respeito à pluralidade e diversidade cultural existentes no país, bem como a aquisição e divulgação de conhecimentos de tecnologias compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais, condições necessárias à eficácia da nova consciência pública que se objetiva alcançar”*.

Por sua vez, a Agenda 21- considerada o principal resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, propõe um programa de ações conjuntas que visam promover, em escala planetária, um novo modelo de desenvolvimento, conciliando preocupações econômico-sociais com sustentabilidade ambiental, o qual, ao compreender também as dimensões cultural e política passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável. O referido documento reserva o seu capítulo 36 para tratar mais especificamente da educação e do papel a ela reservado no desenvolvimento sustentável, conferindo à Educação Ambiental um maior reconhecimento de sua importância para o processo de melhoria da qualidade do Meio Ambiente e da Cidadania.

O projeto Labor procurou embeber suas ações nos princípios da AGENDA 21 e do PRONEA.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS

Com diferentes concepções e distintos níveis de sistematização, a Educação Ambiental, no Brasil, tem-se desenvolvido, sobretudo, em escolas e comunidades, sendo um desafio implantá-la no contexto do trabalho. O desafio parece começar com as dificuldades para a obtenção de dados preliminares, uma vez, que são poucos os estudos específicos produzidos/divulgados por entidades de trabalhadores ou de empresários.

Somado a este fato Knobel e Renard (2001) apontam a confusão, no meio empresarial, entre Programa de Educação Ambiental e Programa de Treinamento, que apesar de complementarem-se, são diferentes, já que o último visa ao desenvolvimento de habilidades objetivando a execução de tarefas, enquanto o primeiro requer mudanças na cultura da empresa, tarefa muito mais complexa, por implicar na mudança de padrões simbólicos estabelecidos socialmente tanto dentro quanto fora da empresa.

Um Programa de Educação Ambiental não pode ficar restrito à sensibilização e motivação dos funcionários para um Programa de Treinamento, porém deve atuar de forma ativa no próprio posto de trabalho dos operadores. Na maioria das vezes a educação ambiental nas organizações produtivas, resguardadas as honrosas exceções, tem se assentado, basicamente, no ideário dos Programas de Qualidade Total, indicando que há um longo percurso a se percorrer.

Dentro da perspectiva de educação ambiental como um processo de transformação, pelo menos no médio prazo, a implementação de Programas de Educação Ambiental nas empresas poderia ser considerada como um fator que ajudaria a provocar a mobilidade das etapas do gerenciamento ambiental das empresas brasileiras, classificados por Neder (1995) como “os que simplesmente ignoram o que há de mais elementar em termos de cuidados na inter-relação entre o meio ambiente e produção industrial, os que conhecendo o problema, não têm acesso aos conhecimentos sócio-técnicos do estado da arte nesse campo, e, finalmente, os que – por má fé, comportamento doloso ou criminoso – destroem os três suportes básicos da vida social e biológica: solos, água e floresta”.

Motta (2001), por sua vez, reconhece a importância da Educação Ambiental como ferramenta no gerenciamento ambiental de uma empresa, sem, portanto, esquecer de apontar que na prática, a Educação Ambiental efetuada pelas mesmas é normalmente praticada fora de seus limites, geralmente nas escolas da sua área de influência, através da reciclagem ou sensibilização de

professores para a questão ambiental. São ações realizadas fruto da pressão de partes interessadas – geralmente o poder público na figura dos órgãos de controle ambiental – e desprovidas de um planejamento estratégico onde todos os agentes envolvidos possam, com precisão, estabelecer objetivos e metas mensuráveis bem como indicadores que permitam aferir a eficácia de Programas desta natureza.

Sem desconsiderar as dificuldades que envolvem a implementação da Educação Ambiental nas empresas, nota-se sua importância como um processo no estabelecimento de um novo paradigma de gestão ambiental. Ao afirmarem que a prática da Educação Ambiental levaria à melhoria da performance social corporativa da empresa que a adotasse, e que seria, conseqüentemente, uma forma de facilitar o exercício de sua cidadania corporativa, Knobel e Renard (2001), ampliam seu escopo e importância, visto que segundo Wood (1991), a performance social corporativa envolve os princípios de responsabilidade social corporativa, o processo de responsividade social corporativa e os resultados do comportamento corporativo, que vão além da gestão ambiental.

A relação da Educação Ambiental nas empresas com sua performance social corporativa fica evidente na responsabilidade dos executivos (WOOD, 1991), quando Sampaio (1997) adverte que não só os trabalhadores devem passar pelo processo de educação ambiental, mas também os empresários – uma vez que são estes em conjunto com a gerência que determinam o encaminhamento do processo produtivo, as matérias-primas a serem utilizadas, as pesquisas e aplicação de novas tecnologias. São eles que detêm, enfim, todo o comando da cadeia produtiva e são eles ainda que, se sensibilizados, podem adotar formas de produção que considerem os limites impostos pelos ecossistemas, de modo a rever o projeto de exaurimento da natureza, tão comum na lógica que guia as práticas capitalistas.

Assim, pode-se depreender que para a educação ambiental ser considerada como ferramenta de um Sistema de Gestão Ambiental e não como um programa isolado, é necessário contar com a participação ativa dos diversos setores da empresa, onde a componente de público interno e externo sejam integradas e complementares.

4. PROJETO LABOR

4.1. Apresentação

O projeto Labor foi realizado dentro de um Convênio celebrado entre o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a FGV – Fundação Getúlio Vargas, através do CIDS/ EBAPE – Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável - e sua tônica era propiciar, a partir de “embebimentos” de idéias contidas nos documentos AGENDA 21 e PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), na perspectiva de sua linha de ação Educação no Processo de Gestão, a identificação e difusão de práticas de educação e gestão ambiental em organizações produtivas no estado do Rio de Janeiro, promovendo a articulação de ações e informações entre diversos atores envolvidos na questão ambiental. O projeto teve início em novembro de 1999 e vigência de dois anos.

4.2. Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa procurou juntar pesquisa e participação, sendo denominada “pesquisativa”. Optou-se pela estratégia de realização de um projeto piloto, com agregação de ações, ou seja, considerar como delimitação geográfica das “organizações produtivas”, áreas onde estivessem sendo desenvolvidos programas governamentais de cunho sócio-ambiental, com o objetivo de potencializar essas ações. Pelo fato de tais áreas geográficas estarem sendo atingidas por esse tipo de ação governamental, as indústrias nelas instaladas teriam necessariamente que adequar seus métodos produtivos. Assim, procurou-se atuar junto às empresas localizadas em municípios do Estado do Rio de Janeiro, envolvidos no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

A partir de dados do cadastro da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN, identificaram-se 26 empresas que já praticavam ações de educação ambiental nos municípios, objeto do trabalho, iniciando-se então uma rotina de convites para participação de fóruns de discussão sobre o assunto. Além das empresas identificadas, os convites foram enviados a um grupo de empresas sem essa experiência e a outros atores como entidades de governo, sindicais, de ensino e pesquisa, e dos movimentos social e ambientalista. Concomitantemente a estas atividades foram realizadas entrevistas com representantes de associações empresarias, como do CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, membros do Conselho de Meio Ambiente da Firjan, além de Secretarias Estaduais e Municipais.

Inicialmente, as empresas previamente selecionadas foram convidadas para participar de um Seminário de Educação no Processo de Gestão Ambiental de Empresas, realizado na FGV, iniciando-se, efetivamente, a troca de informações sobre questões, políticas e práticas de educação ambiental. No seminário foram apresentadas as experiências de duas empresas: White Martins (grande porte) e Brasmarras (pequeno porte), propiciando discussões sobre possíveis formas de atuação ambiental das empresas de tamanhos diferentes.

A partir do tema apresentado consolidou-se a idéia de que Educação Ambiental nas empresas deve ser entendida como um instrumento de Responsabilidade Social Corporativa-RSC, que mais corretamente poderia ser chamada de Responsabilidade Socioambiental Corporativa. Percebeu-se que as empresas participantes adotavam um posicionamento sobre Responsabilidade Social Corporativa afinado com a abordagem da Administração denominada como *negócios e sociedade*, que exorta as empresas a assumirem uma responsabilidade ampliada, indo além do compromisso de gerar lucro e das suas responsabilidades legais, de modo a considerá-la em relação à sociedade de forma mais abrangente (ASHEY, 2002). Os representantes das empresas participantes concluíram que para chegar ao nível de responsabilidade ampliada é necessário o desenvolvimento de instrumentos que lhes possibilitem sua implementação. No primeiro exemplo apresentado (White Martins), foi mostrado aos participantes, como a empresa, através de programas como apoio a unidades de conservação da natureza, programas de saúde e desenvolvimento econômico local ajudou a incorporar nas comunidades atingidas o sentido de cidadania. Foi explicitado como a empresa operacionaliza seus instrumentos de responsabilidade socioambiental, através de parcerias junto a organizações da sociedade civil e ao governo, por meio de projetos, onde o foco pode ser dado a diferentes temas, permitindo o seu acompanhamento e avaliação de forma constante pela Empresa.

A apresentação da Brasilamarras enfatizou a questão da auto-regulação, demonstrando que uma organização que adota a responsabilidade socioambiental do tipo “stakeholder” (envolvendo todas as partes interessadas), deve ir além do exigido pelas leis, ou seja, deve estabelecer padrões para sua atuação acima das exigências legais (BARBIERI, 1997). Existem diversas formas de adotar a postura sugerida pela Brasilamarras, tendo Wood (1991) denominado, em seu modelo, este tipo de responsabilidade social corporativa como: ética e discricionária¹. No caso da Brasilamarras, a empresa decidiu utilizar uma maneira simples: o atendimento aos requisitos de normas existentes, tais como ISO 9000, ISO 14000 e OHSAS 18001. Todas as normas adotam o princípio de melhoria contínua, o que possibilitou a Brasilamarras evoluir de um sistema de garantia da qualidade, para um de melhoria ambiental e continuar com um de saúde e segurança do trabalho. A empresa procurou desmistificar a idéia de que só as grandes empresas têm condições de atender aos requisitos de certificação legal. Foi demonstrado que qualquer empresa pode buscar o sucesso na gestão sócio-ambiental. Para que isso ocorra, é necessário, entretanto, o comprometimento da alta administração da empresa, que esse comprometimento se transforme em política e que essa política seja difundida de maneira ampla, pois a divulgação ampla é um dos fatores que permitirá que o comprometimento não arrefeça. Os resultados das discussões do Seminário foram distribuídos via correio eletrônico para as empresas convidadas, e publicado em revista de administração.

A partir daí foram realizadas pequenas reuniões temáticas com consultores e visitas a empresas, proporcionando a identificação de problemas e possíveis soluções a serem discutidas em reuniões maiores, culminando com um “Encontro de Pesquisa”, que teve como objetivos sistematizar e divulgar conhecimentos e práticas empresariais envolvendo iniciativas internas à empresa (aqui chamada Gestão Ambiental), iniciativas externas à empresa (aqui chamada Responsabilidade Sócio-Ambiental Corporativa), bem como outras iniciativas que cobrissem aspectos voltados para Educação e Informação Ambiental. Foram convidadas cerca de 60 empresas, selecionadas com base nos seguintes critérios: possuir mais de 100 empregados, serem associadas à FIRJAN ou constarem da lista prioritária do PDBG². Estas empresas, junto às convidadas para o Seminário anterior, passaram a fazer parte da rede informativa de empresas do projeto LABOR.

Para as discussões no Encontro foram elaborados 2 roteiros condutores para as discussões sobre os focos interno (Gestão Ambiental) e externo (RSAC) das práticas ambientais das empresas.

Com o foco em Gestão Ambiental, procurou-se identificar os seguintes pontos: estratégia adotada ou que adotará para atender as atuais exigências ambientais e sociais; adoção de modelo de gestão ambiental como aquele preconizado pela ISO 14.001; identificação de aspectos ambientais, críticos às suas atividades, produtos e serviços, que possam causar impactos ambientais e sociais adversos ao meio ambiente e à comunidade do entorno; problemas e soluções encontradas na implantação do Programa de Gestão Ambiental e Social; vantagens identificadas para a empresa que adota o modelo de Gestão Ambiental pela ISO 14001, certificada por um organismo independente.

¹ Pode-se citar como exemplo de Responsabilidade Social Corporativa Ética o fornecimento de informações detalhadas sobre o uso do produto produzido pela empresa, de modo a ampliar a segurança do usuário, além daquelas requeridas por lei. Já como exemplo de Responsabilidade Social Corporativa Discricionária pode ser citado o investimento de recursos da empresa para solucionar problemas sociais relevantes, visando melhorar a qualidade de vida da sociedade.

² A lista prioritária do PDBG consistia na relação de 55 empresas situadas no Rio de Janeiro responsáveis por cerca de 80% da poluição causada na baía de Guanabara pelas empresas do estado.

Com o foco em Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa, os pontos indicados para discussão foram: área social em que atua (Educação, Saúde, Promoção, Meio Ambiente e Outras); exemplificação de projetos/ações nessas áreas de atuação; forma de atuação em responsabilidade social e ambiental corporativa; problemas e soluções na implementação de áreas de atuação em responsabilidade social e ambiental corporativa

Juntamente com o convite, foi enviado um questionário sucinto para identificação das temáticas em estudo, procurando identificar iniciativas das empresas nos focos mencionados. Das vinte empresas que preencheram o questionário, 6 delas não possuíam iniciativas para o Meio Ambiente externo e 5 não desenvolviam atividades de Gestão Ambiental interna, sendo que 4 das empresas não possuíam nenhum tipo de iniciativas, internas ou externas. Todas as empresas que não possuíam gestão ambiental informaram que pretendiam implantar algum tipo de gestão nos dois anos seguintes.

A partir das discussões ocorridas no Encontro de Pesquisa, puderam ser percebidas algumas tendências de atuação, das quais podem ser destacadas as seguintes:

❖ Com o foco em Gestão Ambiental

- Estratégia adotada ou que adotará para atender as atuais exigências ambientais e sociais
- Investimentos em educação ambiental em toda a cadeia (funcionários, fornecedores, clientes, etc.) para atendimento às exigências ambientais e sociais
- Implementar gestão energética, gestão de resíduos, gestão de recursos renováveis e controle da poluição atmosférica
- Aprofundar o conhecimento da legislação. Como dificuldade apontam a existência, muitas vezes, de pontos conflitantes entre os diversos órgãos de meio ambiente

Embora em níveis de ações diferentes, pode-se dizer que todas as empresas consideradas estão utilizando alguma estratégia que atenda as exigências ambientais e sociais

- Adoção de modelo de gestão como aquele preconizado pela ISO 14.001
- A idéia geral é de que a adoção do modelo de gestão ambiental deve levar em conta as particularidades das empresas, sua área e seu processo de fabricação. Muitas das empresas estão trabalhando para obter o certificado ISO 14.001, mas não é unânime a sua necessidade
- A tendência é considerar que não deve haver uma segmentação entre os diferentes sistemas de gestão (Qualidade, Ambiental, Segurança e Saúde); um único sistema de gestão deveria abranger todos estes aspectos
- Constata-se a adoção de “boas práticas de fabricação” em diversos segmentos, como a indústria farmacêutica, alimentícia, etc
- Identificação de aspectos ambientais, críticos às suas atividades, produtos e serviços, que possam causar impactos ambientais e sociais adversos ao meio ambiente e à comunidade do entorno
- O grupo de empresas pesquisadas recomenda, como prática, a realização periódica de auditorias realizadas por pessoal interno e externo, enfocando aspectos ambientais e sociais

- Foi considerada de grande importância levantar os aspectos e impactos ambientais que afetam a comunidade do entorno
- Foram destacados exemplos de empresas que, após investimento para tratamento dos impactos na atmosfera e de seus resíduos líquidos, obtiveram considerável redução de seus custos além de sensível melhoria ambiental

- Problemas e soluções encontradas na implantação do Programa de Gestão Ambiental

- O maior problema apontado foi o despreparo dos órgãos ambientais tanto federais quanto estaduais, embora reconheçam que existem bons profissionais nessas instituições
- Outro problema muito debatido refere-se à existência de leis contraditórias e, eventualmente, pouco claras
- Foi sugerido que os órgãos ambientais não deveriam desempenhar apenas o papel fiscalizador, sendo necessário incorporar algum trabalho educativo e orientador
- Foi criticado o grande intervalo observado entre as reuniões promovidas, pelas associações de classe, para divulgar e discutir temas de interesse na área ambiental.

- Vantagens identificadas para a empresa que adota o modelo de Gestão Ambiental pela ISO 14.001, certificada por um organismo independente

- A adoção do modelo proporciona vantagem competitiva e redução de custos através, por exemplo, da gestão de resíduos (diminuição da geração, disposição adequada e reciclagem)
- As empresas consideram que mais importante do que a certificação é possuir algum sistema de gestão ambiental. Dependendo da empresa pode ser interessante, ou não, possuir o certificado ISO 14.001.

- ❖ Com o foco em Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa

- Nenhuma das empresas pesquisadas possuía um órgão estruturado para as atividades de RSAC
- A maioria das ações sociais das empresas concentram-se nos empregados e suas famílias (bolsas de estudo, assistência médica, palestras), não atendendo ao conceito definido para esta pesquisa
- As atividades de RSAC não são executadas sistematicamente pelas empresas
- Dentre as ações socioambientais, as mais comuns são as doações (de alimentos, remédios, roupas)
- Das experiências apresentadas, a considerada mais exitosa foi o trabalho implementado através do estímulo ao trabalho voluntário. De acordo com depoimentos, os resultados positivos poderiam ser medidos pela queda do número de acidentes de trabalho, do absenteísmo e aumento da produtividade

Os resultados do Encontro, a exemplo dos demais, foram repassados às empresas participantes do LABOR, através de meio eletrônico, e divulgados de forma mais ampla através de artigo em revista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de conceitos e a utilização de práticas oriundas de um novo paradigma de desenvolvimento pelas empresas não é, certamente, tarefa trivial nem rápida no tempo, porém, foi possível identificar algumas tendências nos interesses e iniciativas na gestão empresarial voltadas para a área ambiental, especificamente nas empresas estudadas:

- as práticas de educação ambiental, quando existentes, são utilizadas como ferramentas distintamente para as atividades ambientais internas e externas das empresas, não havendo preocupação com a integração dessas práticas.
- todas as empresas estudadas têm a preocupação de cumprir as exigências legais, mesmo fazendo restrições à forma de atuação dos órgãos ambientais atuantes no Estado. Essa preocupação reflete-se, ainda, na intenção de estimularem a prática de auditoria ambientais externas e internas.
- existe difundida a idéia de que melhorias no processo de gestão ambiental levarão, automaticamente a uma redução de custos, o que nem sempre é verdade.
- embora a maioria das empresas pareça já ter incorporado o conceito de sua responsabilidade perante a sociedade, poucas atuam de forma estruturada.
- ao mesmo tempo em que existe a intenção das empresas de realizar ações sociais externas, existe desconhecimento das formas possíveis de atuação (diretamente, através de terceiros, etc) e, menos ainda, de como criar essa relação.

Por fim, pode-se considerar que existem sinais de que as empresas participantes do Projeto iniciaram um movimento de troca de informações sobre experiências em Educação e Gestão Ambiental, que, certamente, deverá levá-las a apropriar-se das práticas de seus interesses, adaptando-as às condições específicas de cada uma delas.

BIBLIOGRAFIA

AGENDA 21, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21, Brasília, D.F. Senado Federal, 1996.

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.

ASHLEY, Patrícia (Org). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FEEMA. Relatório de Controle Ambiental – PDBG. Rio de Janeiro: Feema, 2000

KNOBEL, Márcia Gil, RENARD, Mônica. Educação Ambiental como base para a ampliação da ISO14001: o caso de uma empresa do setor químico. In ENGEMA, 6, São Paulo, 2001. Anais... São Paulo, 2001. 1 CD-ROM.

MOTTA, Marcio Jardim. Educação Ambiental nas empresas e o sistema de Gestão Ambiental. In: Ecolatina 2001, Belo Horizonte (www.ecolatina.com.br), jun/2003.

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental – Exposição de Motivos nº 002, publicada no DOU, 22/12/94

SAMPAIO, Maria do Rosário. Educação Ambiental nas organizações produtivas. Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental/I Encontro da Redá Brasileira de Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 1997.

WOOD, Donna J. Corporate social performance revised. Academy of Management Review, v.16, n.4, p.691-718, oct.1991.

ZOUAIN, Deborah M. Informativo Labor, in RAP- Revista de Administração Pública, vol. 34 (nº 1-3-4-5), vol.35 (nº 2-6).